

Resenha bibliográfica

Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil

Langoni, Carlos G. — *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*, (Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973), 315 pp.

PEDRO MALAN *

JOHN WELLS **

I — Introdução

Um ano se passou desde a circulação limitada e confidencial do trabalho do Prof. Langoni, até a sua apresentação ao “grande público” sob a forma de livro, do qual nos ocuparemos nesta resenha. Ao longo deste ano o trabalho transformou-se em um “clássico”, vale dizer, parodiando H. Johnson, em uma obra sobre a qual (quase) todos ouviram falar e (quase) ninguém leu, porquanto (quase) todos se satisfizeram com as interpretações mais adequadas às suas peculiares idiossincrasias.

Esta resenha foi escrita principalmente para discutir alguns dos pontos mais controversos da obra de Langoni, originalmente uma resposta a estudos críticos sobre a maior desigualdade na distribuição da renda.¹

* Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

** Da Universidade de Cambridge, Inglaterra.

¹ Ver, especialmente, A. Fishlow “Brazilian Size Distribution of Income”, *American Economic Review*, (maio de 1972), e ainda R. Hoffman, “Contribuição à Análise da Distribuição da Renda e da Posse da Terra no Brasil”, (Piracicaba: USP 1971); J. C. Duarte, “Aspectos da Distribuição da Renda em 1970”, (Piracicaba, 1971); R. Hoffman e J. C. Duarte, “A Distribuição da Renda no Brasil”, *Revista de Administração de Empresas*, (junho de 1972); CEPAL-ILPES, “La Distribución del Ingreso en Brasil”, (Rio de Janeiro, abril de 1970).

Assim, esta nota está organizada em duas partes: a primeira procura mostrar em que consiste, no fundamental, o trabalho de Langoni; a segunda apresenta nossa perspectiva crítica acerca da “teoria” e do “modelo” subjacentes à *interpretação* dada por Langoni ao aumento da desigualdade na distribuição da renda entre 1960 e 1970.

2 — A distribuição em 1970 e a comparação com 1960

O acesso que teve Langoni aos dados individuais do Censo Demográfico de 1970² permitiu-lhe — à diferença de outros autores — descrever o perfil da distribuição pessoal da renda em 1970, sem a necessidade de qualquer ajustamento, mesmo para os extremos da distribuição, que usualmente apresentam sérios problemas de estimação quando se dispõe apenas de classes de renda.³ Assim, pela simples ordenação dos indivíduos por nível de renda e sua posterior agregação em percentis, foi possível apresentar a distribuição da renda monetária individual da população economicamente ativa (p. 21). A consideração da distribuição em termos de renda *familiar* (p. 49) mostra a esperada elevação nos níveis médios absolutos de renda, porém essencialmente a mesma distribuição relativa em termos dos índices agregados de concentração.

Na verdade, além da descrição das tabelas referidas acima, o restante do Capítulo 1 é dedicado à consideração do dilema renda individual *versus* renda familiar⁴ e, principalmente, à discussão de-

² Assim como aos dados individuais do Imposto de Renda e dos formulários da “Lei dos 2/3”, do Ministério do Trabalho.

³ Como, por exemplo, A. Fishlow, *op. cit.*, R. Hoffman *op. cit.*, J. C. Duarte, *op. cit.*, e CEPAL/ILPES, *op. cit.*, que, trabalhando com *classes* de renda, foram obrigados a estimar rendas médias por intervalo de classe e, alguns, a ajustar estatisticamente curvas aos extremos inferior e superior da distribuição.

⁴ A aceitação por parte do autor dos postulados de comportamento racional da teoria microeconômica, presente ao longo de toda a obra, já surge aqui: “... uma hipótese plausível é considerar a unidade familiar como unidade básica de decisão econômica, onde a alocação de seus diferentes membros entre trabalho doméstico, trabalho externo e lazer é tal que maximiza a renda total” (p. 22), mencionando G. Becker, um dos “descobridores” da “teoria do capital humano”.

talhada dos vários elementos que “contribuem substancialmente para a existência de um diferencial entre as nossas medidas de renda e a renda real dos indivíduos, isto é, o comando efetivo sobre bens e serviços existentes no mercado” (p. 27).⁵ Embora seja correto admitir que a não consideração destes “elementos” conduz a uma subestimativa da renda real para quase todas as classes de renda, a própria listagem dos mesmos (ver nota 5) indica claramente quão difícil seria estimar a magnitude do efeito líquido (dado que alguns tendem a aumentar, outros a diminuir, o grau de desigualdade na distribuição da renda individual) da combinação de todos estes vieses sobre o perfil da distribuição.⁶

De qualquer forma, na medida em que o autor deixa claro que “seu interesse principal é a análise das mudanças nos perfis de renda entre 1960 e 1970” (p. 38) e que as limitações dos dados censitários no que diz respeito à introdução de certos vieses são essencialmente as mesmas em 1960 e 1970, não há — no seu entender — maior sentido em tentar efetuar correções e ajustamentos nos dados censitários.

O Capítulo 2, sobre a “Evidência de Outras Fontes” (Imposto de Renda e formulários da Lei dos 2/3), em certo sentido foge ao “interesse principal” do autor, na medida em que apenas para 1970

⁵ Os principais elementos, cujos efeitos não são captados pelas medidas de renda monetária individual corrente, seriam: autoconsumo do setor agrícola, transferências diretas entre indivíduos, serviços prestados por bens duráveis (móveis e imóveis) a seus proprietários, rendas não contratuais (ganhos de capital, etc.), impostos e serviços do governo.

⁶ Uma tentativa de estimar o efeito de alguns destes elementos foi efetivada por A. Fishlow e A. Meesook, “Bazilian Size Distribution of Income, 1960” Technical Appendix, mimeo, (1972). Para uma discussão acerca dos problemas conceituais envolvidos em algumas tentativas de “ajustamento” dos dados observados, ver o artigo de José Sérgio Leite Lopes, “Sobre o Debate da Distribuição da Renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow”, in *Revista de Administração de Empresas*, (setembro de 1973). Contudo, apesar de todas as dificuldades empíricas e conceituais, para avaliar o efeito destes elementos, estamos convencidos de que esta é uma área extremamente importante para pesquisa futura, particularmente no que se refere ao efeito líquido dos impostos e serviços públicos sobre a distribuição da renda real.

as distribuições são apresentadas.⁷ A análise dos dados do Imposto de Renda, entretanto, permite: a) mostrar a importância da remuneração do capital físico e, conseqüentemente, a “tendência dos dados censitários subestimarem as rendas das classes superiores” (p. 45); b) mostrar como o “efeito redistributivo do Imposto de Renda é relativamente tímido” (p. 48), dados os efeitos indiretos da existência de incentivos fiscais que subsidiam “exclusivamente o fator capital” (p. 50). Quanto à Lei dos 2/3, de cujos dados deriva uma distribuição de rendimentos dos assalariados urbanos sob o regime da CLT, a principal conclusão do autor parece ser a de que “há uma tendência clara para o grau de desigualdade aumentar com o nível de salário”, (p. 50). Vale dizer, na medida em que as indústrias são “modernas”, com características oligopolistas e taxas elevadas de crescimento que apresentam os maiores índices de concentração da renda, estes dados sugerem ao autor “que o aumento da desigualdade é uma conseqüência inevitável do processo de desenvolvimento” (p. 52). Voltaremos a esta peculiar interpretação posteriormente.

A comparação entre as distribuições de renda em 1960 e 1970 envolveu a necessidade de alguns exercícios, já que, à diferença de 1970, ano para o qual a distribuição foi obtida “pela simples ordenação dos indivíduos por nível de renda, seguida pelo cálculo direto dos percentis”, em 1960, dispunha-se apenas de oito classes de renda. Não caberia aqui discutir o procedimento utilizado, que em princípio não é melhor nem pior que qualquer outra alternativa

⁷ Não deixa de ser curioso notar, entretanto, que Langoni parece ignorar que os dados da Lei dos 2/3 também se prestam à análise de mudanças nos perfis de renda (do trabalho) ao longo da (segunda metade) década, tal como realizado nos artigos de J. Wells, “Distribution of Earnings, Growth and Structure of Demand in Brazil, 1959-1971”, *Working Papers n.º 11*, (Cambridge, Inglaterra: Centre of Latin American Studies); e R. Hoffman, “Considerações sobre a Evolução Recente da Distribuição da Renda no Brasil”, *Série Pesquisa n.º 19*, USP, Escola de Agricultura Luiz de Queiróz (1973). Este lapso é tanto mais estranho quanto, para Langoni, “é simplesmente impossível, apenas com os dados censitários, isolar os efeitos redistributivos do período de inflação crescente e redução do crescimento, que predominou até 1964, daqueles correspondentes à desaceleração da inflação com ainda estagnação de 1964 a 1965 e redução da inflação com a retomada do crescimento que prevaleceu daí em diante” (*sic*), pp. 77-78.

destinada a fazer face à inexistência de dados individuais para 1960.⁸ A conclusão relevante extraída da comparação, contudo, nas palavras do autor é que “em resumo, os dados revelam que o aumento na desigualdade da distribuição agregada foi a combinação de ganhos relativamente pequenos (inferiores a 10%) dos grupos de renda média próximos ao salário mínimo... e de ganhos extremamente elevados dos decis superiores (67% para o último decil)” (p. 66). Ou ainda: “... há uma tendência inequívoca para uma redução da participação relativa de todos os grupos na renda total, com exceção dos 10% superior, que aumenta em 20% a sua fatia no bolo” (p. 64). O autor também chama a atenção para as diferenças observadas entre os setores primários e o setor urbano. Embora, os dados para aquele sejam de “qualidade mais duvidosa” (p. 67) a renda real do setor primário cresceu apenas 14% ao longo da década, contra 42% do setor urbano.⁹

3 — As “causas” da maior desigualdade

“Constatado o aumento de desigualdade na distribuição da renda ao longo da década, a próxima etapa é descobrir suas causas” (p. 75).

⁸ Langoni estimou classes de renda para 1970, que fossem “equivalentes” às de 1960 (inflacionando os limites de classe pela taxa de crescimento da renda real *per capita*, mais a taxa de crescimento dos preços ao longo da década). Em seguida, após obter diretamente — mesmo para as classes abertas — as rendas médias de cada uma das classes para 1970, aplicou a relação renda média/limite de classe para 1970 sobre os limites de classe de 1960, a fim de obter todas as rendas médias para cada classe de renda em 1960. Este procedimento nos parece enviesado no sentido de uma possível superestimativa da renda média em 1960 para a classe aberta que constitui o extremo superior da distribuição, tal como sugerida pela comparação com a estimativa de Fishlow (p. 61). Em seguida, a distribuição decilica para 1960 foi obtida através do ajustamento de 7 parábolas aos 10 pontos observados, cada qual estimada a partir de três observações, exatamente como no caso do cálculo de médias móveis.

⁹ É curioso observar que, segundo os dados de Langoni (Tabelas 3.7 e 3.8), tanto para o setor primário quanto para o setor urbano, a renda média para o último decil (inferior) da distribuição, cresceu, ao longo da década, a uma taxa mais elevada que a observada para *todos* os demais decis, com exceção do decil superior. Este fato, dada sua importância para uma possível subestimativa do aumento na desigualdade na distribuição da renda entre 1960 e 1970, *deveria* merecer algum comentário.

É muito importante aqui deixar claro que Langoni simplesmente ignora, de forma deliberada, a existência de interpretações alternativas à sua para as causas deste aumento de desigualdade, em particular aquelas enfatizando a condução da política econômica durante a década. Suas razões para tal parecem ser não só problemas de dados para o período intercensitário,¹⁰ como também a crença do autor em que “as conseqüências negativas de curto prazo (da política antiinflacionária) foram compensadas pelos benefícios da retomada do crescimento a partir de 1966” (*sic*) (p. 78).¹¹

Na verdade, Langoni se propõe, expressamente, a “dar ênfase às tendências de longo prazo e não às importantes componentes cíclicas deste período (1960-1970)” (p. 77). Esta desconsideração se deve ao fato de que Langoni parece acreditar que “as mudanças clássicas que acompanham o processo de desenvolvimento econômico levam a um aumento nos índices agregados de concentração...” (p. 97). Tais “mudanças clássicas” seriam, por exemplo, a transferência de mão-de-obra dos setores, atividades e regiões de mais baixa para os de mais alta produtividade (denominadas mudanças “alocativas” na força de trabalho), bem como mudanças “qualitativas” na mesma, em termos de educação, sexo e idade.¹² É estranho que esta visão de livro-texto de desenvolvimento econômico — de que as “mudanças” acima mencionadas levam a um aumento na desigualdade¹³ — seja apresentada como “a conclusão mais importante (do trabalho)”, isto é, como o resultado de sua investigação empírica, e não como um simples e genérico ponto de partida no quadro de um esquema

¹⁰ “... nós necessitaríamos de séries anuais para corretamente medir a contribuição de cada uma dessas componentes (política salarial, inflação, etc.)”. A respeito desta alegação ver a nota 7 desta resenha.

¹¹ O autor não parece dar-se conta de que esta assertiva é contraditória com a sua própria interpretação posterior, segundo a qual o aumento na desigualdade se deveu precisamente à retomada do crescimento, que expandiu desproporcionalmente os salários da mão-de-obra mais “qualificada”.

¹² “O nosso interesse principal está, portanto, nos efeitos distributivos de mudanças que ocorreram na composição regional, setorial e particularmente nas alterações qualitativas da força de trabalho: nível de educação, idade e sexo” (p. 79). Na verdade, é a disponibilidade de dados sobre estas variáveis que determina a escolha do “modelo” utilizado.

¹³ Para uma discussão geral acerca do modo pelo qual tais mudanças podem levar a um aumento da desigualdade, ver S. Kuznets.

mais amplo de análise. De fato, como veremos a seguir, os resultados empíricos apresentados por Langoni podem ser interpretados como impondo importantes qualificações a esta “conclusão mais importante”.

No que diz respeito aos resultados empíricos, quando se observa a contribuição para o aumento da desigualdade “causada” por alterações na distribuição setorial da força de trabalho (entre os setores primário, secundário e terciário) ao longo da década, “fica claro que as modificações ocorridas entre os diversos setores contribuíram, ainda que de maneira modesta, para o aumento de concentração. Entre as diversas componentes o maior impacto foi causado pelo aumento de desigualdade *dentro* de cada setor e particularmente pelo que ocorreu no setor urbano” (p. 83). Quanto às mudanças na alocação regional, “as mudanças na distribuição regional da força de trabalho contribuíram para uma *redução* na desigualdade... O aumento na desigualdade global foi dominado pelo aumento substancial *dentro* das regiões” (p. 84).

A conclusão mais importante, pois, é que a contribuição das clássicas transferências intersetoriais e inter-regionais da mão-de-obra para o aumento na concentração de renda é muito menos importante que a contribuição da crescente desigualdade dentro das regiões e dentro dos setores para o aumento de desigualdade global, sobre as quais a teoria mais geral tem muito pouco a dizer.

Quanto às chamadas alterações qualitativas na força de trabalho, no que diz respeito à variável sexo, “a exemplo da distribuição regional e setorial, o acréscimo de concentração *dentro* de cada grupo é o elemento de maior impacto no aumento da desigualdade global” (p. 87). Também quanto à variável idade “o maior impacto está associado ao aumento da desigualdade *dentro* dos diversos grupos etários” (p. 87).

Restaria considerar o papel da educação. Na verdade, de todas as “variáveis independentes” utilizadas por Langoni para tentar “explicar” a crescente variância na renda, as alterações na composição educacional da força de trabalho e a dispersão das rendas associadas a dados níveis de educação são caracterizados por variâncias crescentes ao longo da década. Em nosso entender, é precisamente este fenômeno estatístico — a associação entre duas variáveis caracteri-

zadas por variâncias crescentes — juntamente com algumas considerações apriorísticas, que levaram Langoni a atribuir tamanha importância à educação como “variável explicativa” da maior desigualdade na distribuição da renda observada entre 1960 e 1970.¹⁴

É importante notar, entretanto, que na perspectiva de Langoni, as alterações na composição educacional da força de trabalho e a dispersão das rendas associadas a dados níveis de educação são um resultado de um processo de interação entre a oferta e a demanda de diferentes tipos de mão-de-obra, associada esta última à aceleração na taxa de crescimento observada nos últimos anos da década. Enquanto a expansão da oferta da força de trabalho com educação primária e secundária levou à esperada (de acordo com a teoria convencional) redução na sua renda relativa, a expansão da oferta da força de trabalho com educação universitária *elevou* a sua renda relativa.¹⁵ De acordo com Langoni, este resultado se deveu a “uma expansão diferenciada da demanda por mão-de-obra” (p. 121) associada à aceleração do crescimento e que “tende a beneficiar justamente as categorias mais qualificadas, cuja oferta é relativamente mais inelástica a médio prazo” (p. 116).¹⁶ Entretanto, apesar da aparente consistência lógica do argumento, é preciso lembrar que não há qualquer evidência independente acerca destes supostos deslocamentos diferenciados nas curvas de demanda de diferentes tipos de mão-de-obra.

Vale observar que a interpretação de Langoni é extremamente otimista, no sentido de enfatizar o caráter autocorrigível deste temporário “desequilíbrio” entre demanda e oferta: “pode-se dizer que o grau de desigualdade da distribuição atual é maior do que o grau

14 “... a educação é a variável mais importante para explicar *simultaneamente* as diferenças individuais de renda entre 1960 e 1970 bem como o aumento de concentração observado durante o período” (p. 92).

15 A proporção de indivíduos com curso primário aumentou apenas 5%, enquanto sua renda relativa caiu 17%. Para os de nível secundário, o aumento na proporção foi de 96%; porém, a queda na renda relativa foi de apenas 7%. Para os de nível superior, o aumento de 79% em sua proporção foi acompanhado de um *aumento* de 11% nas suas rendas relativas (ver p. 88).

16 No extremo inferior, segundo Langoni, a “obsolescência de qualificações causada pela direção do progresso tecnológico” (p. 121) tende a comprimir os salários relativos. São, portanto, as forças impessoais do “mercado” que sobre-determinam todo o processo.

esperado a longo prazo, *quando será possível eliminar-se estes ganhos extras através da expansão apropriada da oferta*" (p. 116) (ênfase nossa) .

Entretanto, acreditar na expansão apropriada da oferta como "solução" para o longo prazo é seriamente discutível, por várias razões, uma das quais, derivada dos resultados empíricos do próprio Langoni, queremos mencionar aqui em particular. Com efeito, (ver p. 93), do aumento da variância total da renda entre 1960 e 1970 "explicado" pela variável educação, 35% são devidos simplesmente a mudanças na composição educacional da força de trabalho, 23% a mudanças nas rendas relativas entre diferentes níveis de educação e 42% à crescente desigualdade na distribuição para um *dado* nível de escolaridade, isto é, educação é uma importante variável explicativa, principalmente devido à crescente diferenciação da renda entre indivíduos com o *mesmo* nível de educação. É *precisamente* sobre este fenômeno que o mecanismo de oferta e procura é incapaz de dizer qualquer coisa, e que, não obstante o otimismo de Langoni, pode persistir e intensificar-se a longo prazo.

4 — O "modelo" econométrico

No Capítulo 5, é realizada essencialmente a mesma análise que a anterior, agora sob o aparente manto de rigor imposto pela subjacente teoria do "Capital Humano" e pela realização de regressões log-lineares. A idéia é simples, embora discutível: "os investimentos em educação resultam em acréscimos de produtividade, cuja contrapartida no mercado são ganhos de salário real... ¹⁷ a variável idade também pode ser justificada pela teoria do capital humano, na medida em que ela é uma boa *proxy* para experiência" (p. 103) . A "teoria" introduz sexo como uma "variável explicativa", porquanto supõe que — *coeteris paribus* — as mulheres são menos "produtivas" que os homens. As duas outras variáveis independentes do "modelo" de Langoni são atividade e região. A exclusão de outras

¹⁷ Notar que a "teoria" é explícita acerca da direção de causalidade. Esta é "uma relação causal inequívoca de educação para renda, via seu impacto sobre a produtividade" (p. 135) .

variáveis que não estas cinco “deve-se a limitações de ordem prática: a ausência de informações diretas com base nos dados censitários” (p. 106).

O “modelo” de Langoni consiste apenas em realizar regressões log-lineares em que a renda individual é função das cinco variáveis independentes acima. Os possíveis (e prováveis) problemas de multicolinearidade são deixados de lado: “nossa estratégia será a de prosseguir nas estimativas como se, na verdade, houvesse independência total entre as variáveis explicativas” (p. 107).¹⁸

Os resultados das regressões mostram que, enquanto em 1960 estas 5 variáveis “explicavam” 51% das diferenças individuais de renda, em 1970 seu poder “explanatório” passou para 59%. A contribuição *conjunta* das variáveis idade, sexo, atividade e região, contudo, permaneceu a mesma entre os dois anos, enquanto a “variável” educação respondia pela quase totalidade deste aumento de poder explicativo.

Na seção 3 do Capítulo 5, Langoni decompõe a chamada parte “explicada” da variância da renda em 1970 (apenas 59% do total) em dois componentes: a parte devida à realocação da força de trabalho, de acordo com as 5 variáveis com que trabalha (efeito escala), e aquela devida a variações em rendas relativas entre cada uma destas variáveis (efeito-renda puro). Os resultados permitem-lhe concluir “que a maior proporção do aumento de desigualdade corresponde às modificações que ocorreram na estrutura da força de trabalho entre 1960 e 1970 e não às mudanças nas rendas relativas per se” (p. 121), o que é, aparentemente, consistente com a ênfase que o autor atribui às “mudanças clássicas que acompanham o processo de desenvolvimento econômico” (p. 97). Entretanto, tal decomposição é completamente incapaz de captar o efeito da crescente diferenciação *dentro* de cada uma das variáveis utilizadas (um fenômeno cuja importância Langoni reconhece no Capítulo 4), o que impõe sérias qualificações à conclusão a que chega nesta seção.

É preciso notar que o “modelo” de Langoni não deixa de ser um tanto insatisfatório mesmo em seus próprios termos, na medida em

¹⁸ Na verdade, a aplicação do teste convencional (Rao-Chow) rejeita esta hipótese, indicando a existência “de inter-relações entre as variáveis explanatórias tratadas inicialmente como independentes” (p. 143).

que suas variáveis deixam uma substancial parcela da variância nas diferenças de renda não “explicadas”. O mais interessante, contudo, é que Langoni apresenta uma comparação entre a distribuição decíclica, tal como observada, com aquela que *seria* obtida na hipótese das diferenças individuais de renda estarem associadas unicamente às variáveis “independentes” incluídas em sua regressão. A distribuição estimada (p. 115), apresenta um grau menor de desigualdade, como esperado, porém ainda expressivo. A conclusão de Langoni não deixa de ser um tanto surpreendente, já que deriva desta comparação a idéia de que, *mesmo* que todos os outros “fatores” (capital físico, acesso à propriedade, etc.) fossem exatamente iguais para todos os indivíduos, “uma parcela substancial da desigualdade total existe mesmo naquela fração da renda total representada pela remuneração do capital humano e está intimamente associada à própria estrutura qualitativa da força de trabalho sintetizada nas cinco variáveis independentes utilizadas no modelo” (p. 116).

O raciocínio implícito neste argumento é, em nosso entender, extremamente falacioso: não é possível eliminar da análise a característica maior do sistema produtivo sob o qual vivemos — desigual distribuição da propriedade — e supor, *coeteris paribus*, que a distribuição de rendas do trabalho permaneceria inalterada. Na verdade, Langoni parece considerar a distribuição da renda pessoal como simplesmente a soma de duas distribuições *independentes*: a de rendas do trabalho (na sua terminologia, rendas derivadas da propriedade de capital humano) e a de rendas derivadas da propriedade de ativos reais e financeiros.¹⁹ Entretanto, em um regime capitalista, a distribuição de rendimentos do trabalho é co-determinada com a distribuição de rendas da propriedade.²⁰

¹⁹ Com efeito, Langoni adverte repetidas vezes o eventual leitor para o fato de que “o modelo utilizado anteriormente para explicar as diferenças individuais de renda estava limitado àquela parcela constituída pela remuneração do capital humano” (p. 130).

²⁰ Isto é óbvio no caso das grandes empresas, nas quais os “gerentes” são relativamente livres para determinar seus próprios salários (e “adicionais”) e os da hierarquia burocrática que administram, bem como do volume dos lucros a ser distribuído entre os acionistas.

Na verdade, em seus próprios termos, a “conclusão” a que chega Langoni quanto à importância da desigualdade na “remuneração do capital humano” para a explicação da desigualdade global é tanto mais apressada, quanto o próprio autor reconhece adiante que a elevada proporção da variância da renda que permanece inexplorada “pode estar associada a variáveis cuja medida é impossível obter-se a partir dos dados censitários (e que) é provável que estas variáveis excluídas estejam correlacionadas com as incluídas na regressão e tratadas, portanto, como independentes” (p. 127). Em outras palavras, as variáveis utilizadas não apenas têm, relativamente, um reduzido poder explicativo, como também é provável que estejam servindo para mascarar as verdadeiras variáveis explicativas.

5 — As “limitações do modelo” segundo Langoni

A tentativa de discutir esta questão fundamental é realizada no Capítulo 6, onde são discutidas as limitações do “modelo” anterior, em particular no que diz respeito à exclusão de variáveis (tais como acesso à propriedade, *status* familiar, etc.) e à questão das possíveis e prováveis interações entre as 5 variáveis consideradas, entre si e com as excluídas.

Este é, provavelmente, o mais insatisfatório dos capítulos do livro de Langoni, em dois sentidos. Em primeiro lugar, no sentido de que demonstra claramente sua inadequada compreensão acerca do que seja e como funciona um regime *capitalista* de mercado caráter oligopolista.²¹ Em segundo lugar, a discussão do próprio autor acerca do problema das variáveis excluídas e da interação entre estas e as incluídas (e destas entre si) coloca em questão mais do que suporta — como o interpreta Langoni — o seu “modelo” explicativo.

Dentre as possivelmente importantes “variáveis excluídas”, Langoni inclui o acesso à propriedade e o *status* familiar. Sua discussão acerca da contribuição destas — via acumulação desigual de

²¹ Não caberia aqui discutir esta questão. Bastam alguns exemplos escolhidos ao acaso: “lucros são ... em geral positivos numa época de *boom* e negativos numa época de depressão ...” (p. 130); “... tendência inequívoca para as taxas de retorno setoriais caminharem para um valor de equilíbrio...” (p. 132).

capital físico — para o eventual aumento no grau de desigualdade na distribuição da renda é altamente apriorística — e insatisfatória.

A distribuição reconhecidamente desigual de ativos reais e financeiros poderia ser responsável por um aumento da desigualdade na distribuição pessoal da renda de duas maneiras: (a) como resultado de um aumento da desigualdade na distribuição destes ativos²² ou (b) devido a uma alteração na distribuição funcional da renda em favor de lucros e demais rendas de propriedade — cuja distribuição é mais concentrada que a distribuição de rendas do trabalho.²³

Entretanto, Langoni conclui de forma um tanto apressada: “As tendências mais importantes *de longo prazo* são a relativa estabilidade na distribuição do patrimônio ou da riqueza... e ao mesmo tempo, a diminuição sistemática de participação deste tipo de capital na renda total” (p. 133).²⁴ O fracasso em conferir um tratamento adequado à evolução das rendas da propriedade *durante a década*

²² Segundo Langoni, é preciso distinguir “a fonte de acumulação do capital físico: decisões voluntárias baseadas na poupança corrente ou o resultado de transferência entre gerações (heranças)” (p. 132). Desprezando sumariamente a importância de heranças, Langoni enfatiza a primeira “fonte” de acumulação do capital, admitindo que: “... ao longo da década... tenha havido um aumento na renda da propriedade derivada da poupança corrente” (p. 132). Dada a suposta maior igualdade da distribuição deste último tipo de renda, Langoni sugere que “esta mudança tenha contribuído para uma redução da desigualdade na remuneração da propriedade” (p. 133), o que nega a ocorrência de (a) acima.

²³ Apesar de notar que os lucros são crescentes em uma época de *boom* e que, “a partir de 1964... a política realista de aluguéis resultou, no curto prazo, em ganhos de capital” (p. 131) Langoni rejeita o argumento de que ocorreu uma alteração na distribuição funcional da renda em benefício das rendas da propriedade durante os anos 60. Deve-se notar que aqui, como no caso do mercado de trabalho, Langoni espera que os ganhos monopolistas desapareçam ao longo do tempo, como resultado autocorrigível da operação das forças de mercado: “é razoável antecipar a médio prazo que a expansão da oferta corrija desequilíbrios de mercado, garantindo para os investidores retornos competitivos” (*sic*) (p. 132).

²⁴ A evidência empírica, mencionada em suporte de tal assertiva (p. 133), no caso brasileiro não é nem convincente nem pertinente: a estabilidade na distribuição de propriedade agrícola entre 1940 e 1960 é dificilmente apropriada para uma análise dos efeitos dos incentivos fiscais à lucratividade privada e da expansão do mercado de capitais nos anos 60 sobre a *distribuição* das rendas da

de 60 é uma das mais surpreendentes características negativas deste trabalho, de forma alguma compensada pela inclusão de “ocupação” (empregador, autônomo, empregado) como uma variável “explicativa” nas regressões para 1970 (na suposição de que a posição ocupacional é altamente correlacionada com a distribuição de capital físico). Na verdade, Langoni admite que “esta variável subestima a verdadeira variância da renda do capital físico entre indivíduos” (p. 155), de modo que seu reduzido “poder explicativo” não só nada adiciona ao nosso conhecimento como também não provê qualquer suporte “estatístico” para uma assertiva do tipo “a contribuição do acesso à propriedade para o aumento de desigualdade entre 1960 e 1970 não parece ter sido significativa” (p. 195).

Quanto à influência do *status* social, toda a discussão é conduzida no sentido de mostrar que “a influência do *background* familiar é, em grande parte, absorvida pela variável educação” (p. 137) e que, portanto, “a melhor alternativa, principalmente quando os dados utilizados impõem severas limitações ao uso de variáveis do tipo “*status* social”, é trabalhar com educação, sabendo que em certo sentido ela reflete outros efeitos” (p. 139).²⁵ A pergunta óbvia a fazer é: quando se atribui a uma “variável” o caráter de *proxy*, para tanta coisa desconhecida, ou não mensurável facilmente, qual é, na verdade, o seu real “poder explicativo” no que se refere a diferenças individuais de renda?

6 — Os quatro últimos capítulos: regiões, epílogo, sumário e sugestões de política

Os Capítulos 7 e 8 devem ser considerados conjuntamente, dado que a análise da desigualdade intra-regiões (Capítulo 7) é impor-

propriedade; e a mencionada elevação dos rendimentos do trabalho como proporção da renda pessoal total entre 1947/49 e 1967/69 está baseada em dados extremamente questionários, além de depender de problemas associados ao tratamento da renda dos autônomos, que se torna menos importante com o processo de industrialização.

²⁵ Alguns dos quais o próprio autor reconhece e lista: maior acervo educacional pré-escolar e fora da escola; melhor qualidade de educação formal; transferência direta de educação dentro da unidade familiar; disponibilidade de um maior volume de informações a um menor custo; melhor nutrição.

tante apenas na medida em que Langoni procura prever (no Capítulo 8), com base em uma *cross-section* entre regiões, a evolução da distribuição ao longo do tempo: "... os resultados indicam que a desigualdade na distribuição tende a ser minimizada nas situações (regiões) extremas de baixo e de alto nível de renda, ou maximizada justamente na fase de *transição* entre estes dois patamares" (p. 167) (ênfase nossa). A extensão natural desta observação, em termos de mudanças na distribuição ao longo do tempo, é feita no Capítulo 8: "... (encontramos) na fase de transição, isto é, de crescimento acelerado, uma correlação positiva entre taxa de crescimento e desigualdade" (p. 190). Assim como entre regiões, "a partir de certo nível de renda é possível, simultaneamente, reduzir o nível de pobreza e diminuir o grau de concentração" (p. 169), Langoni sugere que ao longo do tempo "a tendência geral é para a diminuição do grau de desigualdade, quanto maior for o nível de desenvolvimento" (p. 201). Séries temporais e *cross-sections* internacionais são também utilizados para tentar mostrar que "a desigualdade da distribuição está, em geral, associada à *performance* do crescimento da economia, mas não necessariamente ao nível de desenvolvimento. É possível haver aumento *transitório* no grau de concentração como conseqüência da aceleração" (p. 197).

Na verdade, foi demonstrado, repetidas vezes, que o uso de resultados baseados em *cross-section* para prever evoluções ao longo do tempo possui escassa justificativa, seja teórica, seja empírica. Isto é particularmente verdade no caso do Brasil, onde, entre 1960 e 1970, a região com renda *per capita* mais elevada — São Paulo — experimentou o maior aumento de desigualdade dentre todas as regiões consideradas.

No Capítulo 9, Langoni apresenta um sumário dos principais resultados de seu trabalho. O autor conclui enfatizando o fato (repetido várias vezes ao longo da obra) de que o aumento da desigualdade é um fenômeno transitório, associado à aceleração do crescimento econômico. Dado que "uma das conseqüências imediatas da aceleração do crescimento é a redução do nível de pobreza pela elevação do nível de emprego" (p. 214) seria "falaciosa a tentativa de atribuir a este aumento de concentração qualquer conotação de

piora ou redução de bem-estar” (p. 15).²⁶ O fato é que o aumento no grau de desigualdade ao longo da década foi acompanhado pela persistência de uma pobreza surpreendente: “30% da população recebiam, em 1970, salário mensal inferior a Cr\$ 100,00” (p. 213). E, por certo, não é nada claro que “o aumento da desigualdade é autocorrigível a longo prazo” (p. 211) nem tampouco que a política econômica presente tenha qualquer efeito significativo sobre os níveis absolutos de pobreza.²⁷

O Capítulo 10 conclui o livro com uma tentativa, em princípio recomendável, de listar uma série de sugestões de política econômica “voltadas ao objetivo de redistribuir oportunidades, eliminar a pobreza e, simultaneamente, minimizar as possibilidades de ganhos extras de renda associados com desequilíbrios entre oferta e demanda, decorrentes da aceleração do crescimento” (p. 215).²⁸

Não caberia aqui comentarmos cada uma das sugestões que cobrem as mais diversas áreas.²⁹ A maioria é sensata em seus termos, vale dizer, em sua busca de “eficiência alocativa” e ampliação de “oportunidades” através dos mecanismos de mercado. A um nível mais geral, contudo, a dúvida permanece para os que não compartilham do otimismo de Langoni acerca do caráter apenas transitório e autocorrigível do aumento de desigualdade bem expresso no título de um artigo do autor: “Depois do *boom* virá a Distribuição”.³⁰ Na verdade, a experiência de qualquer País capitalista indica

²⁶ É muito interessante notar que, embora este estudo tenha sido apresentado como uma resposta a um trabalho anterior, Fishlow afirma essencialmente o mesmo ponto: “comparisons of measures of inequality require simultaneous comparisons of absolute income levels if they are to be meaningful. Income more equally distributed about a low level may imply a considerably greater incidence of poverty than less equal distributions about a higher mean”. A. Fishlow, *op. cit.*

²⁷ Novamente, é surpreendente notar a semelhança entre a análise de Langoni acerca das causas da pobreza e suas sugestões para sua diminuição, com aquelas previamente sugeridas por Fishlow.

²⁸ Este último objetivo parece fluir da análise anterior “... a exploração destas *quasi rents* foi, segundo nossa interpretação, o fator mais importante para o aumento de concentração ocorrido entre 1960 e 1970” (p. 142).

²⁹ Educação, Migração, Saúde, Política Agrícola, Reforma Agrária, Política de Industrialização e, por último, Política Fiscal.

³⁰ Ver *Jornal do Brasil*, (26/11/1972).

claramente que não há qualquer tendência intrínseca para o sistema distribuir *automaticamente*, seja riqueza, seja renda, sejam oportunidades. Que isto tenha de fato ocorrido em vários países avançados é um fato, mas consequência de atividades organizadas politicamente por parte dos grupos e classes interessadas no controle ou na influência sobre a estrutura de poder da sociedade, consubstanciada no aparato institucional do Estado.

7 — Uma perspectiva crítica sobre os resultados, o modelo e a teoria

Não poderíamos concluir esta resenha sem uma tentativa de explicitar brevemente, de forma um pouco mais articulada, nossas críticas ao trabalho de Langoni, dispersas ao longo da seção anterior. Em particular, é preciso um esforço para situar o trabalho em uma perspectiva adequada, vale dizer, no quadro do debate mais amplo, não apenas sobre as causas da maior desigualdade na distribuição da renda, tal como observada entre 1960 e 1970, como sobre o caráter do desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil. Nossa opinião é de que a contribuição de Langoni é insatisfatória para o primeiro debate e praticamente nula para o segundo. Vejamos algumas de nossas razões, já mencionadas na seção anterior.

Mesmo tomados *em seus próprios termos* de referência, os resultados apresentados por Langoni são insatisfatórios — no sentido de insuficientes para suportar seu particular conjunto de hipóteses. Com efeito: a) suas variáveis “explicativas”, explicam apenas 59% da variância da renda; b) ao longo da década, o “poder explicativo” do conjunto de variáveis idade-sexo-região-setor é constante, o que não é consistente com a repetida hipótese acerca do papel exercido por mudanças clássicas que acompanham o processo de desenvolvimento no aumento da desigualdade na distribuição da renda; c) mesmo no que diz respeito à educação, o que “contribui” de forma mais significativa para o aumento da desigualdade, é a diferenciação das rendas entre indivíduos com o mesmo grau de escolaridade; d) as chamadas variáveis sistemáticas não são capazes de reproduzir a distribuição em 1970, subestimando especialmente a renda das classes superiores; e) o autor é incapaz de lidar adequadamente com a

questão das rendas da propriedade; a “variável” ocupação não é, demonstradamente, uma boa *proxy* para a acumulação de capital físico; e, finalmente, f) os próprios termos de referência da análise impedem o autor de considerar interpretações alternativas à sua para as causas do aumento na desigualdade.

No que diz respeito à subjacente teoria neoclássica de determinação dos salários relativos, via interação das curvas de oferta e demanda, a interpretação de Langoni é insatisfatória, porquanto: a) não dispomos de qualquer informação independente, seja sobre as curvas de oferta, seja sobre as de demanda de mão-de-obra — apenas observamos (em termos do modelo) a determinação dos níveis de “equilíbrio” de emprego e salário. Não há qualquer evidência que nos permita falar sobre diferentes elasticidades da oferta de vários tipos de trabalho ou sobre deslocamentos diferenciados nas curvas de demanda de diferentes tipos de mão-de-obra. Devido a estes problemas, a argumentação se torna completamente circular; b) a argumentação do autor supõe que os salários relativos são determinados pelas forças impessoais do mercado através da interação das curvas de oferta e demanda, não estando sujeitos a qualquer forma de controle social. Assim, na medida em que o autor ignora inteiramente a questão da determinação institucional de certas remunerações, tal como enfatizada por algumas explicações alternativas, sua análise se converte mais em uma *justificativa* para o que efetivamente ocorreu, do que em uma tentativa científica de explicar o *porquê* do ocorrido.

A subjacente “teoria do capital humano” supõe que a renda individual é função de certas características pessoais. Os “atributos” qualitativos de cada indivíduo (captados por variáveis como educação, sexo e idade) determinam sua produtividade. Como a teoria supõe que cada indivíduo recebe exatamente o valor de sua produtividade marginal, é este conjunto de características pessoais que determina a renda individual. Na verdade, é preciso lembrar que: a) como é em geral impossível medir a “produtividade” dos indivíduos, o que se faz é supor que seus rendimentos, tal como observados, reflitam esta produtividade, o que torna impossível submeter a qualquer teste empírico as hipóteses básicas da teoria; b) parece incorreto associar a renda individual a atributos pessoais, omitindo completamente o processo social de produção de bens e serviços, a distri-

buição prévia de ativos reais e financeiros,³¹ e a estrutura de poder da sociedade; c) a direção da suposta causalidade (investimento em educação—produtividade—renda) pode estar completamente viciada, na medida em que, por exemplo, sejam a renda e a educação dos pais que determinem a educação dos filhos — e sua renda subsequente.³²

Adicionalmente, é preciso pensar claramente na validade de atribuir à educação, sexo e idade o caráter de “variáveis explicativas”. Estas “explicam” diferenças individuais de renda ou apenas *descrevem* uma dada situação inicial de desigualdade, a partir da qual se inicia a análise, sem procurar explicá-la?³³ Na medida em que Langoni “conclui” pela clara superioridade da variável educação em termos de “poder explicativo”, mas é obrigado a reconhecer posteriormente seu caráter de *proxy* para uma série de outros fatores (tais como *background* familiar), qual o real “poder explicativo” de anos de escolaridade no que se refere a diferenças individuais de renda? A alta correlação observada entre renda e educação é um fato, mas não é claro qual é a exata natureza da relação e o papel cumprido pela “educação” no processo. Na medida em que a educação *formal* forneça principalmente o “bilhete de entrada” para ocupações de remuneração mais elevada, esta é a forma pela qual a escolaridade afeta positivamente a renda, e não via supostos aumentos de produtividade.

Quanto às teorias alternativas de distribuição, nunca será demais repetir que não existe — e é pouco provável que venha a existir

³¹ Langoni, por vezes, leva a “teoria” ao paroxismo: “... mesmo os que começaram com um estoque de riqueza igual a zero, tendem eles a substituir, ao longo da vida, rendimentos do capital humano por rendimentos do capital físico” (p. 148).

³² Ver M. Lerner, “Determinants of Educational Attainment in Brazil, 1960” tese de doutoramento não publicada, (Berkeley: University of California, 1970).

³³ Da mesma forma, é preciso perguntar sobre o sentido em afirmar que o aumento de desigualdade pode ser “explicado” pela transferência de mão-de-obra de setores nos quais a renda média, assim como a desigualdade, é menor (tradicionais) para aqueles nos quais a renda média é maior e a desigualdade é mais acentuada (modernos, indústria automobilística, etc.). O que é preciso explicar é não apenas porque a concentração é maior *dentro* do “setor moderno”, como também porque a renda média do setor “moderno” é tão superior à do “tradicional”.

tir — uma *teoria* da distribuição pessoal da renda.³⁴ O estado atual de coisas é, portanto, altamente insatisfatório, na medida em que consiste, por um lado, em “teorias” de capital humano e oferta/demanda de mão-de-obra e, por outro, em “teorias” muito gerais com ênfase em instituições, estruturas de poder e lutas de classe.³⁵ Entretanto, estamos em face do fato de que o aumento na renda real média *per capita* ao longo da década (aproximadamente 34%) foi distribuído de forma altamente desigual, com os 10% superiores da população se apropriando de uma parcela considerável deste ganho. Dado que a explicação de Langoni é extremamente inadequada, como temos a esperança de haver sugerido, é preciso explicar, não tanto *quem* se beneficiou no processo, porquanto isto é mais ou menos óbvio, mas *como* se deu o aumento de desigualdade, não pela suposta operação de forças impessoais de mercado, mas pela ação de importantes agentes do processo econômico, social e político desenvolvido na década dos 60.

Por certo, não pretendemos negar a extremamente rápida expansão do emprego mais qualificado de administradores, técnicos e burocratas variados e seus possíveis efeitos sobre o aumento de desigualdade. É difícil apenas acreditar que esta expansão tenha sido — como acredita Langoni — simplesmente resultante de uma expansão diferenciada da demanda associada à aceleração do crescimento e à crescente complexidade do processo produtivo. O capitalismo brasileiro permite claramente uma ampla distribuição do excedente, via criação de empregos públicos e privados, a relativamente elevados níveis de remuneração para um vasto segmento de “trabalhadores”, sob certo sentido “improdutivos”, que são, entre-

³⁴ A distribuição *funcional* da renda possui uma tradição teórica mais respeitável, muito embora as interpretações nela baseadas estejam forçadas a supor a constância de certos parâmetros macroeconômicos, tais como a taxa agregada de investimento, relação produto/capital ou outras, dependendo do modelo utilizado.

³⁵ Para uma brilhante discussão sobre as duas principais visões alternativas quanto à determinação de preços relativos e distribuição da renda hoje como ao longo da história do pensamento econômico, ver o excelente livro de M. Dobb, “Theories of Value and Distribution Since Adam Smith, (Cambridge: University Press, 1973) .

tanto, extremamente funcionais para o sistema tal como este opera hoje.³⁶ Não importa quão imprecisa ou pouco rigorosa seja uma abordagem deste tipo, quando se aproxima muito mais do real que as surrealistas abstrações da “teoria do capital humano”.

8 — Conclusão

Em nosso entender, a inclusão do trabalho de Langoni no rol dos clássicos da literatura econômica brasileira da década dos 70 estará provavelmente dificultada por três de suas deficiências fundamentais:

i) como temos a esperança de haver sugerido ao longo desta resenha e resumido na seção anterior, a análise é *insatisfatória nos próprios termos* em que o autor procura tratar a questão;

ii) basta a leitura atenta do livro para deixar claro que Langoni é inteiramente omissa no que se refere às relações entre distribuição da renda com as diferentes formas de condução da política econômica³⁷ e com o peculiar padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil,³⁸ *ao longo da década de 60.*³⁹

iii) a panglossiana visão do futuro explícita na obra do autor, segundo a qual o “desequilíbrio” entre oferta e procura de mão-de-obra teria sido o responsável pelo aumento observado de desi-

³⁶ É fato reconhecido que muitas categorias ocupacionais determinam seus próprios níveis de salário e de uma parte substancial da hierarquia abaixo; é extremamente duvidoso que estes diferenciais sejam estabelecidos com base em “produtividades” relativas.

³⁷ A este respeito, ver M. H. Simonsen, “Inflação, Gradualismo *versus* Tratamento de Choque”, (APEC, 1970), que mostra uma compreensão muito clara dos efeitos redistributivos da política econômica antiinflacionária posta em prática entre 1964 e 1967 (particularmente à p. 184). Para uma discussão mais ampla, ver A. Fishlow, “Economic Policy after 1964: Some Reflections”, University of California, Berkeley: Working Paper n.º de 1972).

³⁸ Ver, por exemplo, M. C. Tavares e J. Serra, “Mais além da Estagnação”, in *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, (1972), e C. Furtado, *Análise do Modelo Brasileiro*, (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972).

³⁹ A interpretação de Langoni, se correta, só seria válida para o período de “aceleração da taxa de crescimento”, isto é, para os três últimos anos da década.

gualdade na década, é autocorrigível a longo prazo pela simples expansão apropriada da oferta, e constitui mais um ato de fé na operação das forças do mercado do que a eventual conclusão de uma análise científica.

Muito resta por fazer em termos de pesquisa futura nesta área — e sobre este período.⁴⁰

⁴⁰ Uma importante contribuição é o recente trabalho de A. Fishlow, "Brazilian Income Size Distribution — Another Look", mimeo, (setembro de 1973), ao qual remetemos aqueles interessados, tanto no debate mais amplo, quanto numa crítica mais aprofundada ao trabalho de Langoni, do que aquela que poderíamos nos permitir no contexto desta resenha.